



Tecendo o cenário geopolítico e sociolinguístico: capítulos da obra

Moita Lopes, L. P. (2013). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo, SP: Parábola.

Rosana Nunes^{1*} e Kleber Aparecido Silva^{2,3}

¹Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, Av. Engenheiro Carlos Reinado Mendes, 2015, Além Ponte, 18013-280, Sorocaba, São Paulo, São Paulo.

²Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. ³Penn State University, Philadelphia, Pennsylvania, United State of America. *Autor para correspondência. E-mail: rosananunes03@gmail.com

Received on June 13, 2022.

Accepted on May 7, 2024.

Introdução

Esta resenha objetiva apresentar a obra *O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico*, do estudioso e linguista Luiz Paulo de Moita Lopes, publicada em 2013, pela Editora Parábola. Essa obra apresenta 13 capítulos, além do prefácio do Prof. José Luiz Fiorin e a introdução de Moita Lopes, em que a proposta é a de ‘teorizar o português’, assim como salienta Lopes (2013), ou seja, pensar em diferentes epistemologias que possam melhor compreender a língua, a passagem do tempo-língua, as mudanças ocorridas no campo da linguagem, sobretudo, os espaços fronteiriços e cibernéticos oriundos da globalização.

O primeiro capítulo intitulado *Um atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI*, Oliveira (2013) apresenta o interesse internacional pelo uso e aprendizado da língua portuguesa no que tange ao cenário de expansão econômica.

Dessa perspectiva, discute-se, neste capítulo, a respeito da constituição de uma língua comum, entretanto, cumpre lembrar que se trata ainda de uma zona fronteira entre os interesses econômicos e o uso e aprendizado do idioma. Segundo Oliveira (2013), é de fundamental importância a gestão da/pela língua como ato político de identidade de um povo, ou seja, a possibilidade de espaço para a gestão dos países falantes no sentido de um maior perpetuação e promoção do idioma. Desse modo, o autor reconhece que não apenas deve-se considerar a língua portuguesa como ‘fornecedora’ de um bem de consumo para os mercados linguísticos, mas sim detentora de sua identidade geopolítica destituindo-se de suas amarras coloniais para uma ‘gestão de participação efetiva, democrática e cidadã’.

No capítulo 2, *Política, língua portuguesa e globalização* Signorini (2013) tem a pretensão de apresentar e discutir pontos cruciais referentes ao campo da linguagem no que concerne aos aspectos da política, língua portuguesa e globalização. O 1º aspecto corresponde aos modelos de políticas linguísticas que, por assim dizer, instauram discursos fundamentados nos ditames colonialistas para a difusão do português como língua internacional em tempos e espaços representados pela globalização, bem como esses modelos referenciam o pós-colonialismo (modelo transnacional, transcultural e transdiomático. O 2º aspecto refere-se à articulação desses modelos no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Assim, esse capítulo discorre sobre a política da língua em termos de referência transnacional, transcultural e transdiomática em contrapartida à visão colonialista de referência nacional, monocultural e monoglótica.

O capítulo 3, *Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e tempos híbridos de globalização cultural*, a proposta de Moita Lopes (2013) é a de discutir as teorias como construtos a serem construídos, ou seja, a teorização da língua como rizoma e não propriamente como estrutura interior, a ‘língua vida’. De zonas fronteiriças e espaços cibernéticos, a língua se constitui, diferentemente daquela herdada da linguística moderna. É essa a reflexão levantada por Moita Lopes, como e por que determinados construtos teórico-linguísticos tradicionais adquirem outras configurações dada a necessidade de um mundo desterritorializado. Para o estudioso, urge a construção de teorizações para o português, abordagens pós-estruturalistas, pós-modernistas

e interpretativistas, em função da importância de se compreender os falantes, ideologias linguísticas em espaços da comunicação digital e, por que não dizer, espaços e usos transidiomáticos.

O capítulo 4, *Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português* Pinto (2013) reporta-se aos diferentes momentos dos estudos linguísticos, desde a década de 90, quando do surgimento do Projeto NURC (Norma Urbana Linguística Culta na cidade de São Paulo) e da coletânea *A linguagem falada culta da cidade de São Paulo*, os estudiosos que tiveram por preocupação um novo estatuto da língua, a possibilidade de estudá-la pelas características orais como produção de sentidos. A autora perpassa por outros estudos para defender a tese de que a invenção do português passou por determinadas fases, privilegiar uma ‘língua portuguesa’ que atendesse a uma parcela da população, a homogeneização da escrita e acesso às classes mais prestigiadas da sociedade, ou seja, a variante culta da língua portuguesa. A autora propõe *desinventar o português*, pois acredita na necessidade da prefiguração da identidade de falantes de língua portuguesa no Brasil, fato esse que merece uma atenção pela heterogeneidade linguística do Brasil.

O capítulo 5, *A ‘outridade lusófona’ em tempos de globalização: identidade cultural com potencial semiótico*, Fabrício (2013) busca problematizar a categoria ‘lusófono’ como reflexão acerca da lusofonia existente, a captura de uma identidade na alteridade de um mundo lusófono em que perpassa a fala portuguesa, raiz do colonialismo. Dessa perspectiva, a autora divide o capítulo a partir de 4 aspectos para a categoria lusófono: a ideia de superdiversidade; a noção de linguagem e cultura como forma de participação; a visão de identidade cultural como potencial semiótico; o foco na trajetória de textos. Com essa divisão, a autora reforça a tese de que a lusofonia ainda persiste entre portugueses e brasileiros e não se trata de algo harmônico e sim conflitante, uma vez que o colonialismo ainda predomina ao ponto de Portugal ser o centro europeu e o Brasil, ‘país colonizado’, manter-se com o território subalterno e periférico. Daí pensar numa lusofonia que permita avançar em direção ao entrelaçamento de forças, que promovam o reconhecimento de uma identidade linguística, na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, a discriminação e abrir espaços para a superdiversidade. “[...] a lusofonia como o lugar por excelência do ‘não ainda’, do impensado e do inaudito, dotado de robustez criativa [...]” (Fabrício, 2013, p. 168, grifo do autor).

O capítulo 6, *Tensões sociolinguísticas na comunidade portuguesa/lusófona de Toronto*, Silva (2013) tem o propósito de discutir a respeito das ideologias dominantes acerca da Língua Portuguesa (LP) no contexto diaspórico da comunidade portuguesa de Toronto, tendo como base teórico-metodológica a perspectiva sociolinguística crítica e etnográfica. Neste capítulo, o autor problematiza a herança etnolinguística em Toronto, ou seja, a ideia da diversidade, as construções etnolinguísticas da portugalidade como predominantemente resultantes de uma diversidade regional, cultural, econômica, linguística.

Assim, o autor acredita que “[...] debates sobre uma língua nunca são só sobre a língua [...]” (Silva, 2013, p. 190), uma vez que quando se fala em língua, reporta-se também às ideologias linguísticas e identitárias, o espaço dos falantes da língua, espaços esses de inclusão e exclusão, sobretudo, os portugueses em Toronto, as diferenças socioculturais, linguísticas, raciais etc. Daí a necessidade de um estudo mais aprofundado à luz da sociolinguística para melhor examinar tais questões que se tornam de fundamental importância frente à realidade local, uma vez que

[...] mais estudos sociolinguísticos e sociológicos poderão apoiar o surgimento de uma nova visão da comunidade luso-canadense que é aberta à diversidade, ao olhar (e ou ouvir) crítico das diferenças que a compõem, e as razões pelas quais elas se mantêm ou se mudam (Silva, 2013, p. 191).

O capítulo 7, *Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s) legítima(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste*, Carneiro (2013) apresenta a situação da língua portuguesa no Timor-Leste, conflitos entre a língua portuguesa, herança colonial, e as línguas locais como característica identitária, a legitimidade conferida à língua portuguesa em detrimento ao idioma local, *tétum*, apontado no início do capítulo com o depoimento apresentado pelo autor. Que língua é essa que não corresponde àquela do meio familiar? Trata-se do prestígio de uma língua para a escolarização e manutenção do *status quo*. Dessa perspectiva, o debate em torno da realidade de Timor-Leste ainda caminha em torno de políticas linguísticas e educacionais que promovam a discussão sobre as línguas legítimas, o multilinguismo em contextos multilíngues e isso apenas deverá acontecer “[...] a partir da construção de uma realidade social e econômica mais igualitária no país e no enfrentamento pelos próprios do desafio de gerir os diferentes interesses colocados em jogo na construção das políticas linguísticas e educacionais locais.” (Carneiro, 2013, p. 218)

O capítulo 8, *Políticas de língua, multilinguismos e migrações: para uma reflexão policêntrica sobre os valores do português no espaço europeu*, Solovova e Barradas (2013) discutem sobre políticas de língua, multilinguismo

e as migrações, estudo realizado sobre etnografias linguísticas a partir de dois projetos de pesquisa. O primeiro desenvolvimento no período entre 1990 e 2000 por meio de uma pesquisa longitudinal cuja temática refere-se às experiências vividas por mulheres imigrantes portuguesas em Londres, ou seja, a alfabetização e práticas multilingues letradas (português e inglês). O segundo, um estudo etnográfico, no período de 2004 a 2013, sobre um grupo de imigrantes do Leste Europeu em uma cidade de Portugal, estudo esse desenvolvido por uma cidadã de nacionalidade russa radicada em Portugal (Olga Solova). A partir das pesquisas, Solovova e Barradas (2013) reconhecem três aspectos fundamentais: a necessidade de identificação de uso multilíngue e diversidade linguística; o contexto de uso relacionado às migrações e às mobilidades espaciais e temporais; por fim, a emergência de políticas de língua como fenômeno complexo e policêntrico.

O capítulo 9, *Práticas linguísticas e identidades em trânsito: espanhol e português em um cotidiano escolar uruguaio na fronteira com o Brasil*, Bortolini, Gracez e Schlatter (2013) apresentam o resultado de uma pesquisa com participantes de uma comunidade escolar em Riviera, Uruguai, a respeito de práticas de uso de linguagem, considerando os repertórios linguísticos em local fronteiriço. A finalidade desse estudo é o de buscar compreender de que forma os cidadãos atentam à construção de identidades em trânsito em ações cotidianas no uso do espanhol, português ou ambos os idiomas. Numa perspectiva histórica, os autores trazem à baila um percurso de estudos acadêmicos no que concerne ao contexto sociolinguístico fronteiriço Uruguai-Brasil e políticas linguísticas que correspondem à ideologia de homogeneização. Assim, os autores refletem, neste capítulo, a forma pela qual os cidadãos uruguaios falantes de português, no contexto do norte do Uruguai, em cidade fronteiriça percebem identidades em trânsito para os dois idiomas (espanhol e português) e considerar a necessidade de interlocução e pertencimento, ou seja, a interação entre os falantes e a língua de origem. Cumpre lembrar que “[...] novos estudos são necessários para compreender quando e por que os discursos da região se alinham ou se contrapõem aos avanços nas políticas linguísticas e educacionais e as demandas contemporâneas de identidades em trânsito e de pertencimentos plurais e dinâmicos [...]” (Bortolini, Gracez & Schlatter, 2013, p. 273).

O capítulo 10, *O caso do português em Moçambique: unidade nacional com base em educação bilíngue e intercompreensão*, Cavalcanti (2013) aponta para o fato de a adoção do português como língua oficial de Moçambique reporta-se ao colonialismo português como herança histórica e hegemônica. A autora fundamenta-se em documentos oficiais que remontam a história de Moçambique em relação ao espaço geográfico e geopolítico, correspondente ao componente sócio-histórico da pesquisa. Para tanto, a estudiosa apresenta o contexto sociolinguístico de Moçambique para melhor discutir a perspectiva pós-colonialista como forma de refletir acerca da realidade linguística, social de Moçambique ao realizar uma pesquisa de campo a partir de um curso de formação de professores de educação bilíngue, ocorrido na Universidade Eduardo Mondlane e em dois IFPs em Moçambique.

O resultado da pesquisa realizada a forma pela qual as políticas hegemônicas ainda prevalecem quando não se considera políticas que privilegiem o multilinguismo na tentativa de implementação de políticas linguísticas pluralistas. Assim, a autora constata que políticas linguísticas que não privilegiam uma pedagogia e currículo centrados na diversidade, não pode cumprir o papel de legitimidade da língua, ou seja, persiste-se em uma pedagogia e um currículo que não envolve a identidade e a diferença. Trata-se de um aspecto observado pela autora nos currículos e planos de estudo de instituições de ensino superior, “[...] sobretudo, na sua aplicação na sala de aula e no desenvolvimento de materiais didáticos, principalmente em contextos de ensino tão diversos e complexos como os de Moçambique” (Cavalcanti, 2013, p. 296)

O capítulo 11, *Dicionários e vocábulos ortográficos na constituição da norma*, Correia e Ferreira (2013) têm a pretensão de realizar um estudo a respeito de dicionários monolíngues e abordagem estender-se aos vocábulos ortográficos. Para tanto, os autores discorrem a respeito da tipologia dos dicionários, ao considerar a norma com relação ao uso dos dicionários pelos consultantes e a maneira como os dicionários monolíngues de línguas europeias evoluíram. Na verdade, os autores refletem acerca do uso dos dicionários e sua função como mecanismo de veiculação de uma norma linguística. Esse estudo busca abordar os vocábulos ortográficos, sobretudo, os de língua portuguesa.

Assim, os autores admitem que os dicionários correspondem a ferramentas com determinado propósito e utilidade. Isso só reforça a ideologia linguística dominante no que concerne ao papel dos dicionários frente às necessidades da sociedade. Acredita-se, segundo os autores, em um estudo mais consistente a respeito dos dicionários, quando se reconhece a importância mais abrangente de variedades da língua e seus respectivos usos, ou seja, espera-se que haja “[...] uma nova lexicografia da língua portuguesa: uma lexicografia mais

moderna, mais rica, mais orientada pelo e, em suma, mais representativa de todos aqueles que fizeram desta língua um dos principais fatores de sua identidade.” (Correia & Ferreira, 2013, p. 318)

O capítulo 12, *Do Galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas*, Bagno (2013) faz uma reflexão sobre a questão do isolamento humano o que leva ao isolamento linguístico em virtude da distância entre a língua viva e a língua oriunda do colonizador. “Não existe língua sem seres humanos que a falem, a não ser no mundo de ficção científica sonhado por Noam Chomsky em sua fantasia gerativista” (Bagno, 2013, p. 320). Neste capítulo, o autor discute a influência do galego-português no português brasileiro, ou seja, a origem do português brasileiro como herança do galego medieval. Durante a história do Brasil, houve o extermínio de muitas populações indígenas. Nessa época, o colonizador passa a recorrer-se à mão de obra escrava e ocorre um verdadeiro ‘massacre’ de uma raça do continente africano aqui no país. No capítulo, o autor traz à baila a questão da ‘língua’ de prestígio, a norma urbana, em detrimento da presença de línguas indígenas e africanas, na tentativa de certo ‘apagamento’ da influência desses povos na história brasileira. Até a própria fonética do português brasileira é nítida a presença africana (‘titia = tch’). Assim,

O português brasileiro, em suas mais diferentes modalidades escritas e faladas, prestigiadas ou estigmatizadas, rurais ou urbanas, é então, como toda e qualquer língua viva, uma língua em que é possível retratar uma longa história de adoções, transformações, elaborações, rupturas e recomposições (Bagno, 2013, p. 338).

O capítulo 13, *O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono*, Lagares (2013) tem a finalidade de discutir os limites do galego em relação ao espaço lusófono da língua de um povo. Segundo o estudioso, “[...] a construção do galego como ‘língua’ passou por diversas etapas, tanto no que diz respeito à visão geral das falas que a constituem, quanto às estratégias para levá-la a ocupar novos espaços sociais [...]” (Lagares (2013, p. 348, grifo do autor). Levanta-se, neste capítulo, uma questão de autonomia de uma língua por questões históricas e ideológicas de manutenção do status quo do português em relação ao espanhol, e ainda, o reconhecimento do galego como forma de legitimidade de uma língua oriunda de espaços de luta pela autonomia linguística. Lagares (2013) reforça o fato de o galego, língua vista como rural e atrasada e de uso local, pode representar um instrumento de comunicação com o mundo. A tentativa de uma política para a lusofonia, por vezes, não foi concretizada por questões políticas no que tange aos direitos linguísticos dos falantes. Assim, o estudioso afirma:

Os falantes de galego, pelo fato de sê-lo, temos direito ao português, embora hoje só a iniciativa participar, de artistas, intelectuais, ativistas, permita que a diversidade portuguesa tenha alguma presença na Galiza. O momento político atual, com a crise econômica e com governos de ideologia centralista no âmbito estatal e autônomo, não é o melhor para a defesa de políticas de diversidade. Porém, as circunstâncias políticas podem mudar. E por isso é urgente compreender que as disputas essencialistas sobre a língua, os ideais monoglóticos herdeiros da ideologia da língua nacional, de um e de outro lado, nunca poderão contribuir para criar as condições que permitiriam aos galegos exercerem esse direito (Lagares, 2013, p. 360).

Algumas reflexões

Contrastes, diversidade, heterogeneidade linguística sempre representaram o percurso histórico dos estudos linguísticos. Desde o surgimento da ciência da linguagem, Ferdinand de Saussure (1916) já entendia o estudo da língua e linguagem, ao considerar a linguagem como heteróclita, porém não era possível estudá-la por meio de um modelo estruturalista. Xoán Lagares (2018), em seu livro *Qual política linguística? desafios glotopolíticos contemporâneos*, refere-se à linguagem como um campo de luta, um ativismo linguístico.

Paulo Freire (1992), em estudos realizados, reconhece que “[...] os colonizados jamais poderiam ser vistos e perfilados pelos colonizadores como povos cultos, capazes, inteligentes, imaginativos, dignos de sua liberdade, produtores de uma linguagem que, por ser linguagem, marcha e muda e cresce histórico-socialmente” (Freire, 1992, p. 78). O filósofo assevera que “[...] os colonizados [...] falam dialetos fadados a jamais expressar a ‘verdade da ciência’, ‘os mistérios da transcendência’ e a ‘boniteza do mundo’” (Freire, 1992, p. 78, grifos do autor).

Nunes (2021), em um artigo intitulado *A Internacionalização da Língua Portuguesa em tempo de crise da Covid-19: Educação e Cenário Globalizado* aponta para o fato de que

A característica de uma língua é oriunda da herança de sua colonização. O português, de origem lusitana, ainda traz uma história de dominação e imposição, deixando de lado outras ‘línguas’ ou variantes linguísticas predominantemente do ambiente local. Como bem observa Oliveira (2008), a imposição do português de Portugal para o

Brasil, levou à extinção de um número significativo de línguas indígenas, o que denota uma política linguística repressora e/ou opressora, estabelecida em terras brasileiras, quando da sua colonização (Nunes, 2021, p. 7, grifo do autor).

Em estudos desenvolvidos por Lagares (2018), sobre políticas linguísticas, considera que a política representa a arte de conduzir as reflexões em relação às línguas específicas e reporta-se às políticas públicas que determinam as formas de uso da língua. Pensar nas relações sociais que a língua estabelece, é também acreditar que esta determina relações de poder, uma vez que

Não seria totalmente justo acusar a linguística, apesar de suas fontes positivistas, de um completo afastamento das questões ético-políticas envolvidas na linguagem. Os efeitos políticos de suas pesquisas existem mesmo à sua revelia, na medida em que ela contribui para consolidar determinada cultura linguística e pode chancelar posições de poder e autoridade em relação às línguas (Lagares, 2018, p. 19).

Assim, buscou-se, nesta resenha da obra de Moita Lopes, trazer à baila conceitos aprofundados pelos autores da obra, no que concerne ao português do século XXI, as interfaces que direcionaram os estudos da língua portuguesa, a perspectiva histórica, geopolítica e etnográfica, representada pelos quatro continentes em que a língua portuguesa deixou sua 'passagem', quando da colonização portuguesa e o que isso trouxe como consequência para o século XXI.

Referências

- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança – um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (Notas: Ana Maria Araújo Freire). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Lagares, C. X. (2018). *Qual política linguística – desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo, SP: Parábola.
- Nunes, R. H., & Silva, K. (2020). A Internacionalização da Língua Portuguesa em tempo de crise da Covid-19: Educação e Cenário Globalizado. *Revista Linguagem & Ensino*, 37(1), 154-174.
DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v24i2.19266>